

# **ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A SIMILARIDADE DAS AULAS DO COMÉRCIO DE PORTUGAL E BRASIL NO PERÍODO DE 1808 A 1815**

**Wilde Gomes Araujo**

Doutoranda em Contabilidade pela Universidade do Minho e Aveiro - Portugal  
Professora Assistente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Tocantins  
Endereço: Rua Luis Antônio Correia, 10, 5F  
Nogueiró – Braga - 4715-310 Portugal  
E-mail: wilde@uft.edu.br  
Telefone: 351.253.625.280 / 914.681.913

## **RESUMO**

Este estudo faz um relato histórico comparativo internacional entre Portugal e o Brasil numa tentativa modesta de atender a visão de CARNEGIE e NAPIER (1996 e 2002). Terá por objetivo fazer uma análise comparativa das evidências das Aulas do Comércio de Portugal e as Aulas do Brasil, examinando o seu surgimento, identificando quem foram os primeiros professores e as bibliografias utilizadas. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica com a utilização de materiais secundários. A Aula do Comércio em Portugal foi idealizada pelo Marquês de Pombal e esteve em funcionamento no período de 1759 a 1844, e nela estudaram 35 alunos brasileiros até o ano de 1808. Já as Aulas do Brasil foram criadas em 1809, quando ainda era colônia de Portugal, por D. João VI. As Aulas foram criadas em várias cidades, no entanto, abordou-se neste trabalho as cidades do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Ao se fazer a análise comparativa percebeu-se a similaridade entre as Aulas, uma vez que as do Brasil foram criadas nos mesmos moldes que a de Portugal. O primeiro professor da cidade do Rio de Janeiro foi José Antônio Lisboa, ex-aluno da Aula do Comércio de Lisboa e chegou a ocupar vários cargos importantes no governo. O professor da Aula de Pernambuco, Manuel Luis da Veiga, também estudou em Portugal e foi um dos primeiros autores portugueses a publicar livros de contabilidade no ano de 1803, fato este relevante para as Aulas do Brasil. As disciplinas e as bibliografias utilizadas foram na sua maioria as mesmas nos dois países.

**Palavras-chave:** Historia da Contabilidade Comparada; Escola; Educação: Portugal; Brasil.

**Área temática:** Educação e Pesquisa em Contabilidade.

## 1. INTRODUÇÃO

A Aula do Comércio de Lisboa foi idealizada no ano de 1759 pelo Marquês de Pombal. No período de 1759 a 1808 estiveram matriculados aproximadamente mais de 2.100 (Tabela 2) alunos de vários países, entre eles Portugal, Brasil, Macau, Cabo Verde e Angola. Neste período o Brasil já tinha 35 alunos matriculados nestas Aulas em Lisboa. Pode-se até pensar que seja uma porcentagem muito baixa em relação ao total dos alunos matriculados, mas não é para aquela época. Foi um número muito significativo, haja a vista as dificuldades que se tinha na época de transporte do Brasil para Portugal. Este problema foi resolvido em 1809, quando se inaugurou a primeira Aula do Comércio no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro e em outras cidades, nos mesmos moldes que a de Portugal. Então, faz-se o seguinte questionamento. Se foram as Aulas criadas nos mesmos moldes que as de Portugal, quais similaridades existiram entre elas para a difusão do conhecimento contábil no Brasil? Para responder ao questionamento proposto, o estudo teve por objetivo fazer uma análise comparativa da similaridade entre as Aulas do Comércio de Portugal e as Aulas do Comércio do Brasil no período de 1759 a 1815, quando o Brasil ainda era colônia de Portugal. O trabalho limitou-se a estudar o surgimento das Aulas nas cidades Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco fazendo um resgate histórico dos seus primeiros professores, quais foram às disciplinas e as bibliografias utilizadas nestas Aulas. Este estudo baseou-se na pesquisa de Rodrigues, Gomes e Craig (2003b) onde eles descrevem o porquê da criação da Aula do Comércio, como funcionava, e o que era ensinado na Aula do Comércio de Lisboa.

Este estudo faz um relato histórico comparativo internacional entre Portugal e o Brasil numa tentativa modesta de atender a visão de Carnegie e Napier (1996 e 2002) quanto eles citam que a pesquisa comparativa é uma tentativa de identificar e explicar as semelhanças e as diferenças entre os fenômenos em locais e culturas diversas e um dos grandes escritores da História da Contabilidade Brasileira, Lopes de Sá escreveu que com a administração do Marquês de Pombal, em Portugal, o progresso cultural e profissional, na parte prática contábil, havia chegado ao Brasil, com a criação das Aulas de Comércio em 1759 ver (SÁ 2010, p. 5).

Logo, a motivação para elaboração do trabalho é tentar de uma forma modesta preencher uma lacuna ainda pouco explorada na literatura Brasileira sobre a História da Contabilidade. Um dos poucos autores brasileiros a pesquisar nesta área Ricardino (2001) que faz uma crítica relativa à existência de poucas pesquisas na área da História da Contabilidade no Brasil. Este autor refere que em inúmeros aspectos o desenvolvimento histórico da contabilidade brasileira permanece desconhecido, nomeadamente quanto aos momentos iniciais do ensino da disciplina no Brasil, e que a contabilidade brasileira é órfã de suas origens. Silva (2005) também faz uma reflexão em relação à quase inexistência de pesquisa sobre a História da Contabilidade no Brasil quando ele ressalta que o estudo histórico não tem merecido a devida atenção do meio acadêmico, ficando restrita, a uns poucos “abnegados”, que têm a árdua missão de resgatar as origens contábeis brasileiras.

Em recente trabalho Rodrigues et al. (2011) enfatiza que apesar da crescente importância dos contabilistas e da contabilidade no Brasil, pouco se tem documentado em relação a como surgiu a contabilidade, o seu desenvolvimento e sobre a significativa formação das influências envolvidas.

Para alcançarmos o objetivo proposto, este estudo teve um caráter descritivo. Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 61) afirmam que este tipo de pesquisa “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”. Quanto ao procedimento foi o bibliográfico, que de acordo com Gil (2007, p. 65) pode ser “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Quanto à análise dos dados, a mesma foi feita de forma qualitativa que segundo Richardson (1999) *apud* Beuren et. al (2006, p. 91), “descreve a complexidade de determinado problema, analisa

a interação de certas variáveis, compreende e classifica os processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Uma observação a ser feita é quanto à ortografia de cada país. Apesar dos dois países Portugal e Brasil serem de língua Portuguesa, algumas palavras tem escrita diferente. Este trabalho em algumas citações respeitará a escrita da época.

O estudo está dividido além desta Introdução, em mais duas seções. Na primeira seção faz-se um relato sobre o surgimento das Aulas em Portugal e no Brasil, identificam os primeiros professores, as disciplinas e as bibliografias utilizadas pelos professores nas Aulas do Comércio tanto em Portugal como no Brasil. Na segunda seção evidência a similaridade entre as Aulas nos dois países. E por fim, faz-se a Conclusão e pistas para futuras investigações.

## **2. AS AULAS DO COMÉRCIO**

### **2.1 As Aulas do Comércio em Portugal**

Existe em Portugal muitas pesquisas sobre as Aulas do Comércio e para esta pesquisa utilizamos: Santana (1985), Rodrigues e Gomes (2002), Rodrigues, Gomes e Craig (2003a, 2003b, 2004), Rodrigues e Craig (2005 e 2009), Rodrigues, Craig e Gomes (2007, 2010), Gomes (2007, 2008) e Gonçalves (2010).

As primeiras idéias para a criação da Aula do Comércio surgiu quando Sebastião José de Carvalho e Melo era embaixador na Inglaterra. Residindo em Londres percebeu o quanto a Inglaterra era desenvolvida no comércio e na indústria e que Portugal precisava mudar urgentemente para ter o mesmo desenvolvimento comercial e industrial, segundo Rodrigues e Craig (2005) para estes mesmos autores para que houvesse o desenvolvimento do comércio e da indústria, era preciso qualificar os comerciantes através da educação. Ainda em Londres, Pombal adquiriu uma variedade de livros sobre matérias comerciais, manteve contato com pessoas que entendiam de matérias econômicas e educacionais e quando retornou à Portugal e assumiu o cargo de primeiro-ministro fomentou a idéia para criação da Aula do Comércio.

Santana (1985) justifica que o surgimento da Aula do Comércio surgiu em virtude das tendências significativas do ambiente social e cultural pelo qual estava passando a Europa, e que a Aula foi estabelecida num período de euforia comercial, integrada no esforço pombalino de remodelação administrativa com a criação das companhias monopolistas. Com os ideais mercantilistas, Portugal necessitava de profissionais habilitados para trabalhar no comércio e na indústria. Outra justificativa para a criação da Aula, consta no Estatuto da Aula do Comércio de 19 de maio de 1759 onde consta que “(...) a falta de formalidade na distribuição, e ordem dos livros do mesmo Commercio, he huma das primeiras causas, e o mais evidente princípio da decadência, e ruína de muitos Negociantes(...)”. Rodrigues e Gomes (2002) citam que em virtude da falta de profissionais qualificados as grandes empresas de Portugal contrataram franceses e italianos para as suas empresas. E foi com a criação da Aula do Comércio que Portugal passa para um novo cenário qualificando os seus profissionais.

#### **2.1.1 Primeiros professores**

A Junta do Comércio nomeou em 1758, o primeiro professor da Aula do Comércio na cidade de Lisboa, que segundo Rodrigues, Gomes e Craig (2003b) foi João Henrique de Sousa. A Aula teve início em 01 de Setembro de 1759. Sousa fica no cargo até o início de 1762, já que no dia 11 de Janeiro de 1762, foi nomeado escrivão do Erário Régio pelo Marquês de Pombal. Em seu lugar, a Junta do Comércio nomeou para lente, o suíço Albert Jacquéri de Sales. Devido o aumento do número de alunos a cursarem as Aulas do Comércio,

foi necessário contratar mais um professor, sendo então nomeado, Inácio da Silva Matos como o terceiro professor da Aula do Comércio de Portugal.

Presume-se que João Henrique de Sousa, Albert Jacquéri de Sales e Inácio da Silva Matos tenha sido os primeiros professores a difundir o conhecimento contábil para os alunos brasileiros que estudaram na Aula do Comércio de Lisboa conforme será visto mais adiante.

### 2.1.2 Disciplinas e Bibliografias

Para ingressar nas Aulas do Comércio, no Colégio dos Nobres, os alunos deveriam preencher alguns requisitos: ter idade de 14 anos e passar no exame de admissão demonstrando conhecimento de leitura, escrita e saber contar. Conforme Rodrigues, Gomes e Craig (2003b) as aulas iniciavam por Aritmética: com as quatro operações Aritméticas: regra de três, juros simples e composto, desconto, câmbio, pesos e medidas; seguros: “os mesmos autores citam que nesta aula seria importante o conhecimento sólido, que por meio das suas dimensões saberia o volume necessário para regular os fretes que são transportados para o Brasil”. Fazia parte do curso os métodos de escrever em livros, aplicar o método das partidas dobradas aos diversos negócios; da escritura comercial em geral, “do livro chamado Borrador”; “do livro chamado Diário”; “do livro chamado Razão”; “dos livros chamados Auxiliares”; “dos Balanços”; e “da exemplificação de como se trabalha em partida dobrada”, de acordo com Santana (1989) *apud* Rodrigues, Gomes e Craig (2003b). As bibliografias mais utilizadas conforme Rodrigues, Gomes e Craig (2003b) foram: Aritmética e Álgebra, o Tratado de Bezout e para a Partida Dobrada o “Guarda-Livros Moderno” de Manuel Teixeira Cabral de Mendonça; “Tratado de Câmbios” de José Pedro Coelho Mayer.

### 2.2 Aulas do Comércio no Brasil

A literatura que utilizamos para embasar esta pesquisa foram os trabalhos de Rodrigues (1989, s.d), Ricardino (2001), Peleias e Bacci (2004), Silva (2005), Chaves (2006, 2007, 2009), Martins, Silva e Ricardino (2006), Silva e Martins (2006), Peleias et al. (2007), Sá (2008, 2010) e Schmidt e Santos (2008).

A Aula do Comércio no Brasil teve sua origem após a transferência da Família Real para o Brasil fugindo da invasão francesa por Napoleão Bonaparte. O Alvará de 23 de Agosto de 1808, criou na Corte do Rio de Janeiro, o Tribunal da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação deste Estado e Domínios Ultramarinos, semelhante ao de Portugal (Lei de 5 de Junho de 1788), órgão responsável pela criação das Aulas do Comércio. A destinação de recursos para a criação da Aula do Comércio foi prevista conforme o Alvará de 15 de julho de 1809.

Eu o Príncipe Regente faço saber aos que o presente Alvará com força de lei virem, que, sendo-me presente em Consulta da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação deste Estado e Dominios Ultramarinos: que havendo eu creado este Tribunal com o designio de fazer prosperar estes objectos de sua incumbência para augmento da felicidade publica, era de absoluta necessidade, que elle tivesse rendimentos propios e bastantes, não só para o pagamento dos Deputados e Officiaes empregados no seu expediente, mas tambem e principalmente para as despezas que for necessario e conveniente fazer-se, já para a construcção de uma Praça de Commercio, onde se ajuntem os Comerciantes a tratar das suas transacções e emprezas mercantis, ja para o estabelecimento de **Aulas de Commercio** (grifo nosso), em que se vão doutrinar aquelles dos meus vassallos, que quizerem entrar nesta util profissão, instruidos nos conhecimentos propios della(...).

As Aulas do Comércio foram criadas em várias cidades do Brasil, entre elas nas cidades do: Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão. A procura por estas Aulas era muito grande e conforme Chaves (2009, p. 8) se multiplicaram para além das aulas públicas

oferecidas pela junta. Cita a autora que os números apresentados por José Antônio Lisboa, para a metade do século XIX revelaram uma tendência de crescimento das matrículas e aprovações.

## **2.2.1 Aula do Comércio Rio de Janeiro**

Foi uma escola pública criada por D. João em 1809, mas só teve início em 1810. Cita Rodrigues (s.d) que “cabe ao Rio de Janeiro a primazia da instalação da Aula do Comércio no Brasil e da nomeação do primeiro professor oficial de Contabilidade em nosso país”.

### **2.2.1.1 Primeiro professor**

Rodrigues (1989) e Chaves (2009) citam que José Antônio Lisboa, nasceu no Rio de Janeiro, em 23 de fevereiro de 1777, e, faleceu em 29 de julho de 1850. Era filho de um português, o capitão José Antônio Lisboa, influente comerciante no Brasil. Ele fez seus primeiros estudos no Brasil e depois em Portugal, no Colégio dos Nobres em Lisboa, no qual concluiu o curso de Matemática. Em 1802, foi para Paris e Londres, retornando a Lisboa teve que regressar urgente para o Brasil, pois foi ameaçado de ser preso pela Inquisição, acusado de possuir livros não muito ortodoxos para a época. Retornando ao Brasil é nomeado primeiro professor na Aula do Comércio e fica no cargo por onze anos, de 1809 a 1822, quando consegue ser jubilado. Após a sua aposentadoria ocupa vários cargos importantes no governo, entre eles: em 04 de maio de 1821, foi encarregado do exame do Banco do Brasil, que enfrentava sérios problemas. Em 1822, foi incumbido de organizar uma Estatística do Brasil e participou das Comissões Mistas Brasileira, Portuguesa e Inglesa. Em 2 de outubro de 1830, subiu ao Ministério da Fazenda, ficando apenas até 03 de novembro do mesmo ano, porque não quis prestar-se ao pagamento proveniente do célebre contrato de armamento com o negociante inglês Guilherme Young, sem que primeiro fosse à despesa aprovada pela Assembléia Legislativa. Considero este fato um belíssimo exemplo de ética para a época e os dias atuais. Em 1832, por Decreto de 14 de março, foi nomeado membro da Comissão encarregada de organizar o Código Comercial, sendo ele responsável pelo capítulo sobre letras de câmbio. Em 1835, elaborou o Projeto impresso com as idéias de novo padrão monetário e a criação de um banco em harmonia com a respectiva lei. Foi condecorado com a Comenda da Ordem de Cristo, foi Deputado da Junta de Comércio e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e elaborou a biografia de Silvestre Pinheiro Ferreira.

### **2.2.1.2 Disciplinas e Bibliografias**

Os alunos que pretendiam estudar na Aula do Comércio já deveriam entrar sabendo, conforme Chaves (2009), ler, escrever e conhecimento de cálculo aritmético. Os alunos poderiam estudar suas lições pelos translados da Escola Mercantil e pelo Novo Método das partidas dobradas e História do Comércio. Estas eram obras em língua portuguesa e eram acessíveis aos alunos.

No plano de aula encaminhado por José Antônio Lisboa (conforme resumo tabela 1 para a Junta do Comércio), e de acordo com Chaves (2009) esta tinha duração de 03 anos. No primeiro ano os alunos iniciavam seus estudos com as matérias Aritmética e Álgebra, utilizando o Tratado de Bezout e a matéria Regra conjunta utilizando Postila. No segundo ano os alunos viam Geometria, Geografia e um vasto conhecimento na área do Comércio em relação a agricultura, mineração, artes mecânicas, artes liberais, pesca e caça. Nesta mesma perspectiva, estudavam navegação, moedas, câmbios, seguros e leis gerais, uma vez que o Brasil passava a negociar mercadorias com vários países. No terceiro ano, estudavam a Escrituração quanto às regras e práticas. Tanto para o segundo ano, quanto para o terceiro ano, utilizaram o livro de Manuel T. Cabral de Mendonça, “Guarda-Livros Moderno”. Ainda

no terceiro ano estudavam Economia Política, sendo utilizado o livro de José da Silva Lisboa “Princípios de Economia Política”

**Tabela 1 - Curso de Estudos do Comércio**

| Matéria |   | Compêndio  |
|---------|---|--|
| 1º ano  | Aritmética  | Bezout   |
|         | Álgebra   | Bezout   |
|         | Regra conjunta  | Postila  |
| 2º ano  | Geometria   |  |
|         | Geografia   |  |
|         | Comércio: que compreende  | 1º tomo do compêndio de Manuel T. Cabral de Mendonça |
|         | Fontes: agricultura, mineração, artes mecânicas, artes liberais, pesca e caça;<br>Meios: Colônias, navegação, moedas, câmbios e seguros;<br>Regras: leis gerais, usos e máximas |  |
| 3º ano  | Escrituração quanto às regras   | 2º tomo do compêndio de Manuel T. Cabral de Mendonça |
|         | Escrituração quanto às práticas   | Postila  |
|         | Economia Política   | José da Silva Lisboa                                 |

Fonte: Chaves (2009 p. 15)

## 2.2.2 Aula do Comércio da Bahia

A Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, mandou afixar em Lisboa, conforme Rodrigues (s.d), Chaves (2006, 2007 e 2009) editais do concurso para preenchimento da vaga de lente para trabalhar na Bahia e Pernambuco em dois momentos, em 15 de dezembro de 1812 e 18 de março de 1813, mas só em 1815 teve início a sua primeira aula.

### 2.2.2.1 Primeiros professores

Chaves (2007) cita que, as Aulas de Comércio da Bahia iniciou em “Salvador no ano de 1815, com Genuíno Barbosa Betânio, após aprovação em concurso na corte no ano anterior. Em 1818, ele foi substituído temporariamente por Euzébio Vanério até 1820 e, depois por Manoel Maria Alves do Amaral até 1822. Neste ano, Genuíno abandona definitivamente o curso e em 1823, retorna a Portugal levando todo o material didático das aulas de comércio, deixando seu novo substituto em apuros.

Já a Aula do Comércio criada em Salvador pelo professor substituto Euzébio Vanério, era uma escola privada, Chaves (2007 e 2009) que tinha sido aprovada a sua abertura pelo Conde dos Arcos, governador da Capitania da Bahia. O aluno para ingressar no curso pagava 4\$800 réis por mês e deveria já saber ler, escrever e ter conhecimento de aritmética. O curso iniciava na parte da manhã das 9:00 às 12:00 e na parte da tarde das 15:00 às 17:30 com descanso nas quintas-feiras.

Euzébio Vanério foi professor e diretor da Casa de Educação “Desejo da Ciência” e de acordo com Chaves (2009) ele inovou as aulas focando mais na forma e nos conteúdos, diferentemente do que constava no Estatuto das Aulas do Comércio. No seu plano de aula encaminhado em 1815, para avaliação da Junta, consta que as aulas seriam ministradas em duas partes, uma teórica e outra prática. Chaves (2007) relata que ele justificava o seu método dizendo que suas aulas baseava-se na prática, pois de nada servia a teoria se não fosse acompanhada de atividades práticas”. Pode-se dizer que foi um método inovador para aquela

época. Ele iniciava o curso com a parte teórica ensinando francês e inglês para que os alunos pudessem ler as obras mercantis tanto na língua inglesa como francesa: obras de Magens, Savary, Millar, Blucher, Emerigon, Allan-Park, Helly e Peres de Milão. E de língua portuguesa as obras de José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu). Outras disciplinas teóricas lecionadas: Geografia, História moderna e Direito mercantil. Já nas aulas práticas, os alunos trabalhavam com uma sociedade fictícia simulando atividades como saques, remessas e todas as transações possíveis dentro de uma sociedade. Uma parte dos alunos representavam os comerciantes ingleses utilizando as partidas dobradas e outro grupo representavam os comerciantes baianos utilizando partidas singelas, depois faziam rodízio. Num outro momento os alunos exerciam as funções de caixas, seguidos dos Guardas-livros e depois dos caixeiros. A bibliografia utilizada para as aulas de escrituração por partidas dobradas era a obra “Novo método das partidas dobradas, para uso daqueles que não tiverem freqüentado a Aula do Comércio” de autoria de Manuel Luis da Veiga (Professor da Aula do Comércio de Pernambuco).

### **2.2.3 Aula do Comércio de Pernambuco**

As Aulas do Comércio de Pernambuco, de acordo com Chaves (2007 e 2009) era pública e sua abertura foi aprovada em 1812.

#### **2.2.3.1 Primeiro professor**

Em 1816, de acordo com Chaves (2006, 2007 e 2009) Manuel Luis da Veiga preenche o cargo vago em Recife para as Aulas do Comércio. Cita Slemian (2008) que ele nasceu em Braga, Portugal e era versado em direito mercantil e em teorias comerciais e econômicas. Ele publicou em Portugal 03 livros em 1803, sendo o primeiro, “Novo método das partidas dobradas, para uso daqueles que não tiverem freqüentado a Aula do Comércio”, segundo, “Escola mercantil sobre o comércio assim antigo como moderno, entre as nações comerciantes dos velhos continentes” e o terceiro, “Reflexões críticas sobre a obra de José da Silva Lisboa Princípios de Direito Mercantil feitas por um homem da mesma profissão”. Foi comerciante em Portugal, morou na Inglaterra, e em 1809, com a idade de 37 anos chegou a Pernambuco, fixando residência em Olinda, onde instalou uma fábrica de cordas em sociedade com um inglês chamado João Guilherme Purcell. Ainda em 1809, vai ao Rio de Janeiro solicitar ao príncipe regente dois pedidos: o primeiro, o cargo de “Inspetor da Agricultura” em Pernambuco e o segundo, benefícios e isenções para a fábrica de cordas em Olinda. Recebe a notícia que seus pedidos foram negados pelo Tribunal da Junta de Comércio. Manuel Luís de Veiga inconformado com a recusa dos pedidos escreve uma carta diretamente para Alteza Real, explicando que seu pedido fora negado em virtude de perseguição de inimigos entre os deputados do Tribunal da Junta do Comércio, caso explícito de José da Silva Lisboa. Presume-se que a suspeita seja possível, pois no ano de 1803, Veiga publicou o livro “Reflexões críticas sobre a obra de José da Silva Lisboa Princípios de Direito Mercantil feitas por um homem da mesma profissão” criticando o livro do deputado José da Silva Lisboa.

#### **2.2.3.2 Disciplinas e Bibliografias**

Manuel Luis da Veiga encaminha para a Junta em 1816 seu plano de aula. As disciplinas básicas que consta em seu plano de aula são as estabelecidas no Estatuto das Aulas do Comércio de 1759. Ele também lecionava as disciplinas História do comércio, Escrituração dobrada e singela, Câmbios, Direito mercantil, Geografia comercial e náutica, Língua Inglesa e Francesa. As bibliografias que ele utilizava era de sua própria autoria e de José da Silva Lisboa. Conforme Chaves (2007) os livros utilizados de sua autoria era o “Novo método das partidas dobradas, para uso daqueles que não tiverem freqüentado a Aula

do Comércio” e “Escola mercantil sobre o comércio antigo como moderno entre as nações comerciantes dos velhos continentes”. A outra bibliografia utilizada era o livro “Princípios de Direito Mercantil” para as aulas de Direito Mercantil de autoria de José da Silva Lisboa. E para a aula de Geografia utilizava os manuais com auxílio de cartas geográficas e mapas-múndi.

### 3 EVIDÊNCIAS DA SIMILARIDADE ENTRE AS AULAS DE PORTUGAL E DO BRASIL

A Primeira Aula do Comércio de Lisboa como já foi referenciado, aconteceu em 1759 e já tinha alunos brasileiros matriculados nestas aulas, SANTANA (1985, p. 28), RODRIGUES, GOMES e CRAIG (2004, p. 59. No período de 1759 a 1808 estiveram matriculados nestas Aulas 35 brasileiros, conforme Tabela 2. Rodrigues, Gomes e Craig (2003b) citam que devido à invasão francesa em 1807 e a mudança da Família Real para o Brasil, houve uma redução significativa na frequência dos alunos as aulas, inclusive dos brasileiros. Muitos fatores motivaram a redução das matrículas, entre elas a abertura de outras Aulas do Comércio em Portugal, entre elas, Gonçalves (2010) a criação das Aulas em Faro, no ano de 1791, e no Porto em 1803. Já no Brasil foram criadas Aulas do Comércio em várias cidades facilitando assim, os estudantes brasileiros, que não mais precisavam se deslocar para a Portugal e outras cidades da Europa para estudarem. As cidades onde foram criadas as Aulas foram: Rio de Janeiro em 1809, Maranhão em 1811 e Bahia e Pernambuco em 1812.

A Difusão do ensino contábil das Aulas do Comércio de Portugal para as Aulas do Brasil está devidamente evidenciada através do levantamento realizado por Santana (1985, p. 30) quanto às origens dos alunos que freqüentavam as Aulas do Comércio em Lisboa. “dos 35 brasileiros apurados como tendo se matriculado na Aula até 1807, dezoito eram natural do Rio de Janeiro, oito da Baía, sete maranhense e quatro provenientes de Pernambuco e Pará” (*sic*). Coincidentemente, foram estas as cidades onde surgiram as primeiras Aulas do Comércio no Brasil. Estas Aulas foram criadas por D. João nos mesmos moldes que a de Portugal, conforme RODRIGUES (s.d), RICARDINO (2001), CHAVES (2007 e 2009).

**Tabela 2 - Alunos matriculados de 1759 – 1808 na Aula do Comércio em Lisboa**

| Matrículas            | Portugal |                | Outros Países |         | Indeterminados | Total Matricula dos |
|-----------------------|----------|----------------|---------------|---------|----------------|---------------------|
|                       | Lisboa   | Outras cidades | Brasil        | Outros* |                |                     |
| 1º curso - 1759       | -        | -              | -             | -       | -              | 61 **               |
| 2º curso - 1763       | -        | -              | -             | -       | -              | 109 / 116 **        |
| 3º curso - 1767       | 258      | 21             | 3             | 2       | 4              | 288                 |
| 5º curso - 1776       | 259      | 28             | 10            | 3       | 7              | 307                 |
| 6º curso - 1785       | 164      | 20             | 3             | 1       | 5              | 193                 |
| 7º curso - 1787       | 198      | 10             | 3             | 2       | 2              | 215                 |
| 8º curso - 1790       | 173      | 11             | 2             | 1       | 1              | 188                 |
| 9º curso - 1792       | 149      | 21             | 2             | 1       | 1              | 174                 |
| 10º curso - 1794      | 138      | 12             | 4             |         |                | 154                 |
| 11º curso - 1798      | 192      | 23             | 6             | 3       | 1              | 225                 |
| 1º ano em 1807 - 1808 | 190      | 25             | 2             | 3       | 2              | 222                 |
| Total                 | 1.721    | 171            | 35            | 16      | 23             | 2.136/2.143         |

(\*) Macau, Angola e Cabo Verde

(\*\*) Não Disponível a nacionalidade, mas segundo Rodrigues, Gomes e Craig (2004, p. 59) consta aluno do Brasil.

Fonte: Santana (1985, p. 28); Rodrigues, Gomes e Craig (2004, p. 59). Quadro adaptado.

Quanto ao retorno dos brasileiros da Aula do Comércio de Lisboa para o Brasil pode-se concluir que muitos deles ocuparam cargos importantes, tanto em órgãos públicos como



empresas privadas e outros chegaram até a professor da Aula do Comércio no Brasil. Confirmação também feita por Santana (1985) quando ele cita que “alguns aulistas e até mesmo posições de destaque que vieram a ocupar entre elas (...) ensinar na Aula do Comércio de Lisboa ou em outras (...) **José Antônio Lisboa**, no Rio de Janeiro, **Francisco Justiniano da Cunha**, no Maranhão, em Pernambuco e também no Rio”(grifo nosso).

Em pesquisa realizada por Cardoso (1984) *apud* Rodrigues, Gomes e Craig (2003a) constata-se que dos 130 alunos formados na Aula de Lisboa, nos cursos que começaram em 1767 e 1771, “21% emigraram para o Brasil e Índia”, confirmando, assim a difusão do conhecimento contábil das Aulas do Comércio de Portugal para o Brasil.

Analisando a similaridade da difusão do conhecimento, encontra-se evidente no nosso estudo que foi José Antônio Lisboa ex-aluno da Aula do Comércio de Lisboa que retornando para o Brasil passa a divulgar a prática contábil no país ao assumir a cadeira de professor da Aula do Comércio do Rio de Janeiro formando os primeiros Guarda-Livros na cidade do Rio de Janeiro. Fica evidente também, através do plano de curso dele que as disciplinas utilizadas eram as utilizadas por seus professores na Aula de Lisboa entre elas: Aritmética, Câmbio, Pesos e Medidas, Seguros e Método de escrever os livros pelo método das partidas dobradas. O que ele inovou de diferente foi à inclusão nas Aulas dele da disciplina Economia Política. Ele Justificou a inclusão da disciplina, conforme Chaves (2007) por duas razões: primeira, não havia no reino aulas específicas públicas de economia; e a segunda, uma instrução adicional para alunos que saíam do curso para empregos públicos, casas de negócios e sobrecargas de navios e que iriam precisar daqueles conhecimentos para a melhoria da sociedade. As Bibliografias utilizadas nos dois países foram as mesmas, o Tratado de Bezout e o Livro “O Guarda Livros Moderno” de Manuel T. Cabral de Mendonça, melhor detalhe na tabela 3.

**Tabela 3 – Similaridade entre as Disciplinas e Bibliografias utilizadas em Portugal e no Brasil.**

| <b>Portugal<br/>Lisboa</b>                         | <b>Brasil<br/>Rio de Janeiro</b> |
|--|----------------------------------|
| <b>Disciplinas</b>                                 | <b>Disciplinas</b>               |
| Aritmética   | Aritmética                       |
| Câmbio, Pesos e Medidas                            | Câmbio, Pesos e Medidas          |
| Seguros  | Seguros                          |
| Método de escrever os livros, ou partidas dobradas | Escrituração                     |
| <b>Bibliografias</b>                               | <b>Bibliografias</b>             |
| Tratado de Bezout                                  | Tratado de Bezout                |
| Manuel T. Cabral de Mendonça                       | Manuel T. Cabral de Mendonça     |

Fonte: Elaboração Própria

Nas aulas da Bahia e em Pernambuco os professores utilizaram na sua maioria as mesmas disciplinas que as de Lisboa, com exceção a disciplina Direito Mercantil que não era oferecida em Portugal. Quanto à bibliografia utilizada era diferente. Na Aula do Comércio de Lisboa utilizava o livro de Manuel T. Cabral de Mendonça, já Bahia e Pernambuco utilizava o livro de Manuel Luís da Veiga. Ricardino (2001) fez uma suposição em que ele cita “conquanto não haja evidências concretas, é bastante razoável supor que os manuais portugueses tenham servido de base para as primeiras Aulas do Comércio introduzidas no Brasil”. Esta suposição torna-se concreta na difusão da transferência do conhecimento de Portugal para o Brasil, pois além da Aula do Comércio da Bahia utilizar o livro de autor português, o próprio autor do livro Manuel Luís da Veiga era o professor da Aula do Comércio de Pernambuco.

#### 4 CONCLUSÃO

Este estudo teve por objetivo fazer uma análise comparativa da similaridade entre as Aulas do Comércio de Portugal e as Aulas do Brasil. Verificou-se que houve similaridade, uma vez que foram identificados 35 brasileiros que estudaram até 1808 na Aula do Comércio de Lisboa. Identificou-se também que Jose Antônio Lisboa, ex aluno da Aula de Lisboa foi o primeiro professor da Aula do Comércio da cidade do Rio de Janeiro, no Brasil utilizando os mesmos métodos, disciplinas e bibliografias dos seus professores em Lisboa. Destaca-se também a importância do português Manuel Luís de Veiga por ser um dos primeiros autores portugueses a publicar livros na área contábil em 1803 e ter sido professor na Aula do Comércio de Pernambuco. Outro destaque foi a inovação de Euzébio Vanerio incluir no seu plano de aula a parte prática e a disciplina língua estrangeira (francês e inglês) nas suas aulas. Ressalta-se também a figura do ex-aluno de Direito da Universidade de Coimbra, José da Silva Lisboa que ainda em Portugal publicou dois livros que foram utilizados nas Aulas do Comércio, os livros de “Economia Política” e Direito Mercantil. Fica então evidente a importância que teve Portugal para o desenvolvimento da contabilidade do Brasil. Espera-se que seja dada continuidade a esta pesquisa por ainda apresentar pouca literatura aprofundadas sobre as Aulas do Comércio no Brasil. Sugere-se como pista para futura investigação fazer um estudo biográfico dos primeiros professores das Aulas do Comércio.

#### REFERÊNCIAS

BEUREN, I. M., ET AL. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Alvará de 15 de julho de 1809. **Estabelece contribuições para as despesas da Real Junta de Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegações**. Coleção de Leis do Império do Brasil. v. 1, p. 93, jul., 1808.

CARNEGIE, G. D.; NAPIER, C. J. Critical and interpretive histories: insights into accounting's present and future through its past. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 9, n. 3, 1996. pp. 7-39. 1996.

\_\_\_\_\_. Exploring comparative international accounting history. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**. v. 15, n. 5, pp. 689-718, 2002.

CERVO, A. L., BERVIAN, P. A.; SILVA, R. DA. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAVES, C. M. DAS G. Métodos e práticas do ensino mercantil profissionalizante no império luso-brasileiro (1788-1822). **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, Uberlândia, Abr. 2006. Disponível em: <[www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/392ClaudiaMariaChaves.pdf](http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/392ClaudiaMariaChaves.pdf)>. Acesso em: 21 jan 2011.

\_\_\_\_\_. As Aulas do Comércio no Império Luso-Brasileiro: O Ensino Prático Profissionalizante. **VII Jornada Setecentista**. Curitiba, Set. 2007. Disponível em: <[http://people.ufpr.br/~vii\\_jornada/2textos\\_VII-J.pdf](http://people.ufpr.br/~vii_jornada/2textos_VII-J.pdf)>. Acesso em: 29 maio 2011.

\_\_\_\_\_. Arte dos negócios: saberes, práticas e costumes mercantis no império luso-brasileiro. **América Latina em la historia econômica**. n. 31, jan/jun. 2009. Disponível em:

<[www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1405-22532009000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1405-22532009000100006&script=sci_arttext). ISSN 1405-2253>. Acesso em: 06 fev 2011.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, D. **Accounting Change in Central Government: The Institutionalization of Double entry Bookkeeping at the Portuguese Royal Treasury (1761-1777)**. 2007. 312 f. Tese (Doutorado em Ciências Empresariais) - Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Braga, 2007.

\_\_\_\_\_. The Interplay of Conceptions of Accounting and Schools of Thought in Accounting History. **Accounting History**. V. 13, n. 4, pp. 479-509. 2008.

GONÇALVES, M. A. C. Bosquejo duma sucinta história da contabilidade em Portugal até a fundação da primeira escola de comércio e contabilidade (1759). **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 4, pp. 89-103. out./dez., 2010.

GUIMARÃES, J. F. DA C. **História da Contabilidade. Reflexões e Homenagens**. Lisboa: Áreas Editora, 2005.

MARTINS, E., SILVA, A. F. DA; RICARDINO, A. Escola Politécnica: possivelmente o primeiro curso formal de contabilidade do Estado de São Paulo. **Revista Contabilidade & Finanças**. n. 42, pp. 113-122, set./dez. 2006.

PELEIAS, I. R.; SILVA, G. P. DA; SEGRETI, J. B.; CHIROTTO, A. R. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma abordagem histórica. **Revista Contabilidade & Finanças**. pp. 19-32, Junho, 2007.

PELEIAS, I. R.; BACCI, JOÃO. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. **Revista Administração On line – FECAP**, v. 5, n. 3, pp. 39-54, jul./ago./set. 2004.

PETER, F. The transfer of accounting technology: A study of the commonwealth of Australia government factories, 1910-1916. **Accounting History**, v. 6, n. 1, pp. 31-59. 2001.

PORTUGAL. **Estatutos da Junta do Commercio Ordenados por El Rey Nosso Senhor, no seu Real Decreto de 30 de setembro de 1755**. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues.

\_\_\_\_\_. **Estatutos da Aula do Commercio Ordenados por El Rey Nosso Senhor, no capitulo Dezaseis dos Estatutos da Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, e Alvara de sua Confirmação**. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues.

RICARDINO, A. A Metafísica da Contabilidade Comercial e a História das Aulas de Comércio. Out. 2001. Disponível em: <[http://www.fucape.br/\\_admin/upload/prod\\_cientifica/prod\\_2001-45metafisica.pdf](http://www.fucape.br/_admin/upload/prod_cientifica/prod_2001-45metafisica.pdf)>. Acesso em: 25 fev 2011.

RODRIGUES, A. A. Vultos da Contabilidade Brasileira. **Revista Brasileira de Contabilidade**. n. 68, 1989.

\_\_\_\_\_. História da profissão contábil e das instituições de ensino, profissionais e culturais da Ciência Contábil no Brasil. **Conselho Regional do Rio Grande do Sul**. (s.d). Disponível em: <<http://www.crcrs.org.br/memorial/brasil.htm>>. Acesso em: 05 fev. 2011.

RODRIGUES, L. L.; CRAIG, R. Influências mercantilistas inglesas na criação da Aula do Comércio em 1759. **Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas**, n. 62. maio, pp. 22-33. 2005.

\_\_\_\_\_. Teachers as servants of state ideology: Sousa and Sales, Portuguese School of Commerce, 1759-1784. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 20, n. 3, pp. 379-398. 2009.

RODRIGUES, L. L.; CRAIG, R.; GOMES, D. State intervention in commercial education: the case of the Portuguese School of Commerce, 1759. **Accounting History**, v. 12, n. 1, pp. 55-85. 2007.

\_\_\_\_\_. A intervenção do Estado no ensino comercial: o caso da Aula do Comércio, 1759. **Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas**, n. 119, fevereiro, pp. 39-44. 2010.

RODRIGUES, L. L.; GOMES, D. Evolução da Profissão dos Técnicos de Contas em Portugal: Do Marquês de Pombal até aos nossos dias. **Jornal de Contabilidade**, nº 302, Maio. pp. 131-141. 2002.

RODRIGUES, L. L.; GOMES, D.; CRAIG, R. Corporatism, liberalism and the accounting profession in Portugal since 1755'. **Accounting Historians Journal**, v. 30, n. 1, pp. 95-128. 2003a.

\_\_\_\_\_. Aula do Comércio: Primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no Mundo? **Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas**. n. 34, Janeiro, pp. 46-54. 2003b.

\_\_\_\_\_. The Portuguese School of Commerce, 1759-1844: a reflection of the "Enlightenment". **Accounting History**, v. 9, n.3, pp. 53-71. 2004.

RODRIGUES, L. L.; SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. DOS; FONSECA, P. C. D. A research note on accounting in Brazil in the context of political, economic and social transformations, 1860-1964. **Accounting History**, v.16, n. 1, pp. 111-123, 2011.

SÁ, A. L. DE. **História Geral da Contabilidade no Brasil**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

\_\_\_\_\_. **Importância de Portugal na História da Contabilidade do Brasil**. set. 2008. 32 slides. Disponível em: <http://novosite.otoc.pt/pt/a-ordem/comissoes/historia-da-contabilidade/encontros/primeiro-encontro/>>. Acesso em: 05 de mar 2011. Apresentação em Power-point.

\_\_\_\_\_. Procedimentos contábeis no século XIX. O livro de contas de Manoel de Sousa Guedes de Itabira. **Revista Española de Historia de la Contabilidad**, n. 12, pp 3-17. 2010.

SANTANA, F. A Aula do Comércio: Uma Escola Burguesa em Lisboa. **Ler História**, n. 4, pp. 19-30. 1985.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. DOS. **História do Pensamento Contábil**. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, A. F. A. **A Contabilidade Brasileira no Século XIX – Leis, Ensino e Literatura**. 2005. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Financeiras). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, A. C. R.; MARTINS, W. T. S. **História do Pensamento Contábil**. Curitiba: Juruá, 2006.

SLEMIAN, A. Entre a corte e a revolução: a atuação de um "negociante" na América sede do Império português. **Tempo [online]**, v. 12, n. 24, pp. 28-53. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n24/a03v1224.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2011.